

Desemprego e pobreza no DF

p 7

Carlos Michiles

Bastante auspiciosa a iniciativa da Câmara Legislativa em instalar uma comissão especial, presidida pelo deputado distrital Cláudio Monteiro, encarregada de conferir agilidade a projetos em tramitação e encontrar soluções emergenciais para a questão do desemprego no Distrito Federal. Embora não seja sua função institucional executar projetos, é urgente a solidariedade entre os Poderes para enfrentar a rápida deterioração do tecido social gerada pelo desemprego. Flagelo que trava, como fel, a qualidade de vida da população das cidades-satélites.

O próprio governador Joaquim Roriz já se movimenta suprapartidariamente para evitar o que chamou de "caos administrativo e estado de ingovernabilidade", consequência das ameaças de corte no Orçamento do DF. É, sem dúvida, o caos se traduzirá fundamentalmente em termos de desemprego e pobreza para os habitantes, razão da extrema dependência da economia local em relação à União. E, assim, qualquer redução no repasse financeiro para o DF significa o embrião do que o governador chamou de caos administrativo.

Hoje, em função da inexistência de uma estrutura produtiva de expressão no DF, existe uma incapacidade da economia candanga em gerar postos de trabalho em número suficiente para atender as necessidades ditadas pelo crescimento populacional. Atualmente, 80 por cento dos empregos estão concentrados

no setor terciário, o que torna muito frágil a relação do crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) e a criação de novos postos de trabalho. Segundo dados oficiais recentes, no período de 1981 a 1990, mais de 416 mil pessoas tentaram ingressar no mercado formal de trabalho de Brasília. Deste total, somente 97 mil 285 conseguiram vagas. Noutros termos, para cada indivíduo que obteve uma colocação no setor organizado, três viram frustradas suas expectativas. Isso tem feito com que a taxa total de desemprego (aberto e oculto) no DF seja maior, pasmem, do que em São Paulo. Em termos percentuais, aqui é de 12,2, em São Paulo, 10,2.

A economia do DF tem produzido um quadro social de paradoxos. Ao mesmo tempo que apresenta os dados acima, Brasília ostenta a maior renda per capita (4,218 dólares / 1988) do País, porém altamente concentrada social e espacialmente. Exemplo disso, traduz-se em que o Plano Piloto, Cruzeiro e Guará possuem, respectivamente, 59,45; 33,16 e 27,44 por cento de sua população acima de 20 salários mínimos. Samambaia, Paranoá, Planaltina e Brazlândia dispõem apenas de 1,83; 0,0; 1,27 e 1,08 por cento. Paranoá aparece com um índice de pobreza enorme. As demais com percentuais igualmente irrisórios.

Em contrapartida, na faixa de renda mais baixa, menos de um salário mínimo, a relação se inverte. Plano Piloto só tem 0,55 por cento de sua população vivendo com me-

nos de um salário mínimo. Cruzeiro, 0,0 e Guará 1,58 por cento.

Diante desse quadro, é vital e urgente a mudança do eixo econômico do DF. Embora seja importante que a aludida comissão especial parlamentar, em articulação com o Executivo, encontre soluções emergenciais para a situação do desemprego, ainda assim isso será um paliativo. É necessário que haja um esforço articulado do governo com os empresários no sentido de se desenvolver o potencial humano da cidade, uma vez que o DF é a unidade da Federação com o maior número relativo de mão-de-obra com nível superior no setor formal (16 por cento). Junto a isso é preciso que se implemente uma política de industrialização, utilizando tecnologia de ponta em direção ao desenvolvimento de um setor terciário sofisticado, o que as teorias sociológicas chamam de quaternário.

O momento é favorável. Dispostos de três instrumentos eficazes para combater, articuladamente, o flagelo do desemprego. A Lei Orgânica, já em fase final de votação em plenário; o PDOT e o Prodecon. Embora não sejam panacéias, constituem balizas para afirmar a economia local, aproveitando suas reais possibilidades de desenvolvimento e salvando, assim, adolescentes e jovens do desemprego.

□ Carlos Michiles é mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília